



Juventudes Rurais e Agroecologia: um diálogo imprescindível

JOSÉ NUNES SILVA

Universidade Federal Rural de Pernambuco

RESUMO

Argumentos de diferentes áreas do conhecimento (Economia, Filosofia, Sociologia, dentre outras) apontam para uma crise civilizatória vivenciada pela humanidade em nossos dias. Para buscar solucionar tal crise é preciso mobilizar diferentes atores sociais e políticos, muitos deles invisibilizados pelo modelo de sociedades capitalistas atuais. Dentre estes sujeitos destacam-se as juventudes rurais, que têm buscado na agroecologia (como ciência, prática e movimento) aportes para construção de relações mais harmoniosas entre sociedades e natureza. É de um conjunto de experiências que aproxima o diálogo entre juventudes rurais e agroecologia que trata o presente artigo, apresentando, por fim, alguns desafios, mas afirmando que o diálogo está em curso, mas jamais será unidimensional, sem reconhecer as especificidades deste sujeito coletivo (social e político), que tem muita disposição para produzir no campo brasileiro, construindo lutas e esbanjando rebeldia.

Palavras chaves: transição agroecológica; processos educativos; identidades juvenis.

RURAL YOUTH AND AGROECOLOGY: AN INDISPENSABLE DIALOGUE

ABSTRACT

Arguments from different areas of knowledge (Economics, Philosophy, Sociology, among others) point to a civilization crisis experienced by humanity in our day. In order to solve this crisis, it is necessary to mobilize different social and political actors, many of them invisibility by the model of current capitalist societies. Among these subjects are the rural youths, who have sought in agroecology (as science, practice and movement) contributions to build more harmonious relations between societies and nature. It is from a set of experiences that brings together the dialogue between rural youth and agroecology that deals with this article, presenting, finally, some challenges, but affirming that the dialogue is ongoing but will never be unidimensional, without recognizing the specificities of this collective subject (Social and political), who are very willing to produce in the Brazilian countryside, building struggles and squandering rebellion.

Keywords: Agroecological transition; Educational processes; Youth identities.

JÓVENES RURALES Y AGROECOLOGÍA: UN DIÁLOGO INDISPENSABLE

RESUMEN

Los argumentos de diferentes áreas de conocimiento (economía, la filosofía, la sociología, entre otros) apuntan a una crisis de la civilización experimentada por la humanidad de hoy. Para tratar de resolver una crisis de este tipo es necesario movilizar a los diferentes actores sociales y políticos, muchos de ellos invisibilizados el modelo de las sociedades capitalistas actuales. Entre estos temas se encuentran los jóvenes rurales, que han buscado la agroecología (como la ciencia, la práctica y el movimiento) contribuciones a la construcción de una relación más armónica entre la sociedad y la naturaleza. Se trata de un conjunto de experiencias que el diálogo más estrecho entre la juventud rural y agroecología mencionadas en este artículo, con algunos problemas, finalmente, pero diciendo que el diálogo está en curso, pero nunca será unidimensional, sin reconocer las especificidades de este sujeto colectivo (social y política), que tiene una gran cantidad de energía para producir en el campo brasileño, la construcción de las luchas y prodigando rebelión.

Palabras clave: transición agroecológica; procesos educativos; identidades juveniles.

1 INTRODUÇÃO

Há, na atualidade, um amplo debate em diferentes campos do conhecimento (Economia, Sociologia, Antropologia, Filosofia, dentre outros) que apontam para uma crise civilizatória, desafiadora para nossas sociedades. Tal crise tem seus pilares em, pelo menos, dois grandes eixos a saber: o primeiro deles está relacionado a mudanças abruptas nos padrões valorativos que regem a vida social e, o segundo, tem a ver com uma crise ambiental sem precedentes na história da humanidade.

Para buscar solucionar tal crise as sociedades modernas parecem iniciar uma busca pela colaboração de diferentes sujeitos sociais, nos mais diversos recantos do planeta. Nesta busca se encontra, via de regra, com grupos subalternizados, categorias às margens, “os/as que não foram”. Dentre estes “que não foram” estão povos originários, agricultores/as e camponeses/as, pescadores artesanais e muitos outros grupos, de diferentes regiões do mundo.

No interior destes grupos destacam-se ainda sujeitos específicos, como as mulheres e as diferentes juventudes, que têm protagonizado transformações de práticas, hábitos e valores.

Para protagonizar tais transformações, sujeitos, como as juventudes e, mais especificamente, as juventudes rurais têm buscado se apropriar, (re)construir e aprimorar um conjunto de referenciais teóricos e práticos, que têm fundamentado muitas experiências individuais e coletivas.

É neste caminho de busca por diferentes referenciais que as juventudes rurais se encontram com os aportes da Agroecologia, aqui entendida, numa tríade que envolve ciência-prática e movimento, na busca de modelos mais sustentáveis de sociedades, nas quais o espaço rural encontra-se em intenso vínculo com o espaço urbano, num processo de retroalimentação constante.

É deste encontro que versa o presente artigo. Nele objetivamos compreender como vem sendo (re)construído o conceito de juventude e de juventudes rurais na atualidade; como a agroecologia se constitui como campo da produção do conhecimento e; como um conjunto de diferentes

intervenções/práticas (políticas, organizativas e produtivas) demonstram que as juventudes rurais têm sido sujeitos da construção agroecológica no Brasil. Para tanto, optamos por realizar um trabalho de revisão bibliográfica, que consiga esboçar o estado da arte desse encontro (juventudes rurais e agroecologia), ilustrando com diferentes experiências já sistematizadas e publicadas, principalmente, no campo das parcerias entre organizações da sociedade civil, universidades e outras instituições produtoras de conhecimento agroecológico.

2 CONCEITUANDO A JUVENTUDE

Refletir sobre o envolvimento das juventudes em processos de transformação que questionem a lógica hegemônica das sociedades capitalistas, requer que nos esforcemos para definir o espectro conceitual que traz esta categoria social para o centro do debate acadêmico recente.

Pensar a juventude como categoria social, que fortalece construções identitárias, a traz para além de uma “classe de idade” ou um grupo social que compartilha o mesmo conjunto de experiências históricas e sociais. Para fugir desses estigmas etários homogeneizadores, assumimos a juventude como uma categoria socialmente construída, como apontam Ariès (1978); Bourdieu (1983) e Pais (2003).

Definida como categoria social, afirma Groppo:

a juventude torna-se, no mesmo tempo, uma representação sócio-cultural e uma situação social. Ou seja, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos (GROPPO, 2000, p.7).

Essa perspectiva de compreensão amplia as visões tradicionais sobre a juventude da Sociologia da Juventude, que se fundamentam ou no critério etário, carregado de concepções fisiopsicológicas ou, puramente no critério sociocultural, considerando que é estritamente o sistema sociocultural e econômico que determina o início, o final e os períodos de transição de cada fase da vida humana (GROPPO, 2000).

Desse modo, entender a juventude como categoria socialmente construída implica reconhecer um conjunto de metamorfoses que acontecem nas sociedades contemporâneas. Tais metamorfoses “moldam” os grupos juvenis, ao mesmo tempo em que são por eles moldadas. Nos termos de Groppo (2000, p.12):

acompanhar as metamorfoses dos significados e vivências sociais da juventude é um recurso iluminador para o entendimento das metamorfoses da própria modernidade em diversos aspectos, como arte e cultura, o lazer, o mercado de consumo, as relações cotidianas, a **política não-institucional**, etc.

Secularmente a forma de reconhecimento dos grupos etários nas sociedades tem mudado constantemente. Nessas mudanças emergem, reforça-se, e às vezes, suprime-se categorias sociais importantes para a análise em contextos sócio-políticos distintos. Tais mudanças

Giraram em torno de termos como infância, adolescência, juventude, jovem-adulto, adulto, maturidade, idoso, velho, terceira idade e outros. No tocante aos três momentos básicos do curso da vida social – nascimento/ingresso na sociedade, fase de transição e maturidade –, muitas divisões e subdivisões foram criadas, recriadas e suprimidas ao sabor das mudanças sociais, culturais e de mentalidade, pelo reconhecimento legal e na prática cotidiana (GROPPO, 2000, p.13).

Diante do contexto de mudanças, conclui Groppo (2000, p.14):

- As Ciências Médicas criaram a concepção de puberdade, referente à fase de transformações no corpo do indivíduo que era criança e que está se tornando maduro;
- A Psicologia, a Psicanálise e a Pedagogia criaram a concepção de adolescência, relativa às mudanças na personalidade, na mente ou no comportamento do indivíduo que se torna adulto;
- A Sociologia costuma trabalhar com a concepção de juventude quando trata do período interstício entre as funções sociais da infância e as funções sociais do homem adulto.

Para esse estudo adotamos o entendimento de juventude como categoria social, conforme descrito anteriormente, mas considerando a diversidade de situações socioculturais, em que tal categoria se expressa. Preferimos fazer o uso sociológico no plural para designar “juventudes”. Essa opção corrobora com Rezende (1989, p.4-5), para quem:

Esta concepção alerta-nos sobre a existência, na realidade dos grupos sociais concretos, de uma pluralidade de juventudes: de cada recorte sociocultural – classe social, estrato, etnia, religião, **mundo urbano ou rural**, gênero e etc – saltam subcategorias de indivíduos jovens, com características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios. Cada juventude pode reinterpretar, a sua maneira o que é ‘ser jovem’, contrastando-se não apenas em relação às crianças e adultos, mas também, em relação a outras juventudes.

É nesse contexto de pluralidade juvenis que objetivamos compreender como os/as jovens rurais se envolvem em processos agroecológicos.

3 COMPREENDENDO AS JUVENTUDES RURAIS

Iniciaremos a busca por essa compreensão (re)visitando contribuições acadêmicas recentes que tratam sobre as identidades construídas pelos/as jovens rurais brasileiros/as.

Os trabalhos acadêmicos recentes (CASTRO, 2005; WANDERLEY, 2013; LIMA DE PAULO, 2008 E TAVARES, 2008) afirmam um lugar comum para a categoria “jovem rural” como aquele que se encontra, na maioria das vezes, num constante paradoxo, entre os projetos pessoais e coletivos. Dentre os projetos pessoais aparece fortemente o “desafio” de buscar outra profissão, sair da agricultura, migrar, para as sedes das municipalidades, cidades regionais, ou mesmo outras regiões do país e do mundo. Por outro lado, em diferentes contextos, como parte de um processo coletivo, jovens são “chamados” a ficar assumindo um papel

protagonista na reprodução familiar, perpetuando práticas produtivas, preservando culturas e saberes, enfim, referendando um **modo de vida** próprio e particular que agrega a família, o trabalho e a terra (WANDERLEY, 2013).

É justamente o lugar de onde olham o mundo que pode diferenciá-los de outros grupos juvenis. Para Wanderley (2013) é nesse rural entendido como um espaço físico diferenciado, que é um **lugar de vida**, isto é, **lugar onde se vive** (particularidades do modo de vida e referência identitária) e **lugar de onde se vê e se vive o mundo** (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional), que um conjunto de sujeitos sociais, identificados por uma vivência geracional, vai (re)definindo trajetórias e consolidando projetos emancipatórios de transformação social, de valores e ambiental.

Conceituar as juventudes rurais requer compreender as especificidades marcadas pelos contextos em que se inserem nas comunidades, nas famílias e nos processos sociais em curso. Requer ainda compreender como alinham projetos juvenis individuais aos projetos de reprodução social e econômica dos núcleos familiares.

No interior desses núcleos, caracterizados pelo modelo de família patriarcal, a participação do/a jovem na produção é quase sempre invisibilizada. Essa invisibilidade deve ser considerada tanto no interior da família (impedindo que os programas sociais voltados para estas famílias não considerem o jovem, mas a unidade de produção familiar como uma coletividade), quanto nas instituições voltadas para juventude (que, via de regra consideram, especificamente, a juventude urbana, em seus programas e projetos).

Muitos dos estudos sobre as juventudes rurais, desenvolvidos principalmente a partir da década de 1990, apontam para a heterogeneidade dessa categoria, considerando as diferenças de território, condições sócio-culturais e econômicas da família, acesso à serviços de educação e lazer, gênero e etnia, e proximidade ou distância entre o meio rural em que esses/as jovens se encontram e a cidade, suas relações e interlocuções com esse espaço urbano.

Assim, caracterizar as juventudes rurais, que protagonizam experiências agroecológicas, não significa que podemos generalizar as características para outros/as jovens sem as mesmas vivências, pois como apontam Jentsh e Bunett (2000:2) o foco dos questionamentos sobre “jovens” no meio rural deve ser menos sobre “ficar ou partir” em suas comunidades de origem, e sim sobre as experiências vividas pelos “jovens” e seus processos de decisão, considerando estes como resultados de trajetórias vivenciadas, que imprimem nesses indivíduos formas particulares de ver o mundo, analisarem suas possibilidades, atreladas a uma redefinição constante dos seus tempos e espaços (LIMA DE PAULO, 2008; TAVARES, 2008).

Nos termos de Wanderley (2013, p.03)

Parece evidente que os jovens rurais são, antes de tudo, jovens, em cujas experiências de vida se entrelaçam o presente – as formas de vida cotidiana – e o futuro – os projetos referentes à vida adulta. A forte identidade referida ao grupo geracional, a busca de espaços especificamente jovens, ao mesmo tempo, que a valorização da família e do ambiente social próximo são traços que, de uma forma ou de outra, marcam a vida cotidiana dos jovens, em todos os contextos em que eles vivem. Do mesmo modo, a importância dos aspectos formativos – a

socialização no interior da família, a escolarização e a preparação para uma profissão - reforçam a condição de quem está se preparando para a vida adulta. Com efeito, quem já teve a oportunidade recente de conviver com jovens rurais sabe o quanto eles são, sob vários aspectos, semelhantes a muitos dos que vivem nas cidades. Eles se vestem modestamente, mas com roupas consideradas dentro do padrão da moda jovem. Gostam de conviver com o grupo de amigos. Como qualquer outro jovem, têm suas preferências quando se trata de artistas, grupos musicais ou equipes esportivas. Assistem as novelas televisivas, participam das campanhas eleitorais e acompanham, pelos noticiários das emissoras de televisão, o que acontece no país e no mundo.

Por isso, conclui a autora:

mesmo as carências sociais de que são vítimas são a tradução, no meio rural, das tensões e contradições da sociedade brasileira, em seu conjunto. Tudo isto nos leva a desautorizar qualquer análise que tente isolar a realidade dos jovens rurais, e considerá-los com pertencentes a um mundo à parte, não integrado à sociedade mais ampla em que vivem. No entanto, se não cabe isolar, não cabe também diluí-los numa pretensa homogeneidade, que desconhece as formas particulares de viver a juventude, quando se é jovem nas áreas rurais brasileiras. Mesmo nestas – e é esta a nossa questão – é muito grande a diversidade (Wanderley, 2006, p. 3).

Diante dessa diversidade de que trata Wanderley (2013) diferentes estudos apontam que essas possibilidades ponderadas pelos jovens rurais têm sido analisadas buscando uma superação de algumas condições adversas do meio rural (CARNEIRO, 1999). Quando partem, vivenciam o dilema de um rompimento, seja temporário ou permanente, com o projeto familiar e essa ida é referendada por fatores, tanto objetivos, quanto subjetivos. Dentre os primeiros podemos citar o acesso as escolas e aos empregos e dentre os subjetivos, a atração pelas cidades e o modo de vida a elas associado (ABRAMOVAY, 1998).

Aponta-se, por outro lado, que para a permanência desses jovens no meio rural torna-se emergente e imprescindível um maior acesso a informação, seja via escolarização formal ou outras práticas educativas; uma revisão nos padrões de sucessão e herança; uma política de acesso à terra que priorize os jovens agricultores/as; uma abertura dos espaços decisórios à participação desses atores, seja no âmbito da família, seja no âmbito comunitário; a possibilidade de articulação de diferentes lógicas reprodutivas, como a combinação entre migração temporária, pluriatividade e ocupações rurais não-agrícolas, bem como, uma rediscussão das relações no seio família, recolocando o lugar do patriarcado nesses núcleos, que na maioria das vezes representa, para os/as jovens, vigilância e controle.

Nos termos de Castro (2005, p.80):

Ser jovem em acampamentos e assentamentos rurais está marcado por tensões entre o 'sonho' e a luta pela terra, mas também pelas relações de hierarquia e os conflitos com autoridade paterna. Pensar a inserção desse 'jovem' no meio rural hoje, implica enfrentar o esforço de analisar as construções nativas da categoria e suas disputas, e as próprias lógicas hierárquicas reproduzidas nessas realidades, onde jovem ocupa um papel privilegiado nos discursos, mas não nas práticas. Neste sentido, permite identificarmos processos que reforçam relações sociais marcadas pela

hierarquia e autoridade, que envolvem a posição de pai/adulto/chefe de família e ‘responsável’ pela terra em oposição a filho/jovem/solteiro.

Em nosso entendimento, a construção da agroecologia é um campo promissor, no qual muitas transformações podem acontecer, ampliando o leque de alternativas apresentadas a esses/as jovens para que os/as mesmos/as (re) definam suas escolhas. Não podemos deixar de citar que as possibilidades que possam advir a partir da adoção dos fundamentos da agroecologia como norteadores de muitas transformações (políticas, organizativas e produtivas), passam, inevitavelmente pela noção de transição agroecológica, que não trata apenas de um “esverdeamento” da produção agropecuária, mas também pela ruptura com as monoculturas da mente, de que nos fala Vandana Shiva (2003). Rupturas que (re)definem, valores, saberes, relações e, conseqüentemente, o modo de produzir e viver, compreendendo a espécie humana como partícipe da natureza e, indiscutivelmente, rediscutindo a relação sociedade-natureza, que passa a ser vista de forma holística e integrada, compondo um imensa teia, na qual, sem dúvida, as juventudes rurais são fortes nós.

4 JUVENTUDES RURAIS E AGROECOLOGIA: INTERFACES DO DIÁLOGO

Compreender que a agroecologia se apresenta como um campo científico capaz de contribuir significativamente para a redefinição das relações dos seres humanos com a natureza, bem como entre eles, extrapola a compreensão do espaço rural como espaço meramente da produção agrícola e dá voz às mulheres, jovens, homens, crianças, índios, caboclos, negros e mestiços, como sujeitos transformadores e em transformação, resultado de um processo endógeno e exógeno, que é *per si* identitário, mas, sobretudo político (Bezerra Figueiredo e Tavares de Lima, 2006).

Carvalho (2004, p.53) leva-nos a refletir sobre a constituição do que denomina de *sujeitos ecológicos*, e os define como:

Investido da crítica ecológica contracultural à sociedade instituída, o *sujeito ecológico*, como um tipo ideal, remete a um *modo instituinte de ser*, posicionado à margem (alternativo) e animado pela pretensão libertária de deslocar as fronteiras entre militância e estilo de vida, intimidade e esfera pública, opções individuais e transformação coletiva, tornando-se parte de um novo horizonte para a ação política ambiental.

Dessa forma, tais sujeitos engendram situações que os coloca no centro da arena de ação política, que para Carvalho (2004, p.54) pode ser entendida conforme Arendt (1989)

Como esfera pública, espaço por excelência da ação humana enquanto convivência com outros humanos e partilha nas decisões sobre os destinos dos bens comuns. Nesse sentido os bens ambientais vêm se constituindo na esfera pública com o status de bem comum de grande relevância para a sociedade.

Essa noção de bem comum, pode ser entendida como um ponto fundamental para trazer a temática ambiental para o centro da pauta política das juventudes rurais, aglutinando-as em torno de propostas formativas e práticas (organizativas e produtivas) que caracterizam seu diálogo com a agroecologia.

Carneiro (2008) ao analisar pesquisa nacional sobre o perfil da juventude brasileira afirma que as conclusões a que chegaram os pesquisadores, de certa forma, desnaturaliza imagens comumente correntes em nossa sociedade, como a atribuição de um caráter individualista e egoísta aos grupos juvenis.

Para a autora, os jovens, se preocupam com problemas coletivos, que afetam o conjunto da sociedade e, tais problemas, em determinadas circunstâncias, tomam pesos maiores que realizações pessoais, na construção de uma sociedade ideal.

Nesse sentido:

A novidade apontada pela pesquisa no que diz respeito às questões relativas à cidadania é observada na questão sobre os valores mais importantes quando se pensa em uma sociedade ideal. A ênfase dada ao respeito ao meio ambiente pelos jovens rurais (...) sugere uma consciência ecológica mais expressiva entre os jovens do campo, do que entre os moradores da cidade. A 'igualdade de oportunidades' e a 'solidariedade' são igualmente citadas (...) o que nos chama atenção para a existência de valores relacionados à noção de cidadania entre esses jovens. Talvez essa tenha sido uma revelação das mais importantes da pesquisa, mostrando um universo de valores que contrasta tanto com o estereótipo do jovem como 'individualista' e 'descomprometido com os problemas sociais' (e nacionais), quanto com a imagem, geralmente associada aos habitantes do campo, de 'atrasados', 'ignorantes' e voltados para seus interesses próprios" (CARNEIRO, 2008, p.258).

Assim, analisando a produção do conhecimento recente sobre o diálogo entre as juventudes rurais e a agroecologia é possível identificar diferentes construções coletivas espalhadas por todo Brasil e ainda categorizá-las, ao menos provisoriamente, em três grandes grupos de experiências: o **primeiro** trata de relações identitárias das juventudes rurais e a agroecologia como fator que influencia seus projetos de vida no campo (Lima de Paulo, 2011; Hildesheim, Neves e Silva, 2009) ; o **segundo** agrupa um conjunto de estudos e de relatos de experiências relacionadas aos diferentes processos formativos em agroecologia nos quais as juventudes rurais estão envolvidas (Nunes da Silva, 2011; Aguiar e Silva, 2015; Nunes da Silva, Mansan e Beatricci ,2016), e, o **terceiro** trata de um conjunto de práticas (organizativas e produtivas) experimentadas pelos/as jovens nas unidades familiares das quais fazem parte, e/ou em diferentes espaços de participação política, nos quais vêm se inserindo, em seus territórios de vida e trabalho (DUQUE e ARAÚJO, 2011; FERRARI e MOURA, 2016).

Sem pretender seguir exatamente a ordem apresentada acima, refletiremos sobre cada um dos grupos citados.

Em pesquisa realizada em Nova Xingu (RS), publicada em 2009, Hillesheim, Neves e Silva afirmam que diante da crise ambiental e de valores éticos e sociais, a agroecologia não pode figurar para os jovens da agricultura familiar apenas como uma alternativa ao modelo capitalista de fazer agricultura, em seus termos:

Penso que [os jovens] farão agroecologia se for fruto de sua participação, de seus anseios, de seus debates, ou será que farão agroecologia se obtiverem renda num primeiro momento talvez? Diremos que sim, mas ao remetermos os princípios e fundamentos das ciências que envolvem e caracterizam a agroecologia logo percebemos que somente será possível desenvolvê-la se a sociedade respeitar o direito à vida, a sucessão da vida, aí será notória a perspectiva dos jovens agricultores familiares realizarem agroecologia” (p.102).

Para tais autores a juventude é o principal personagem do campo na atualidade, por ser expressão nata do diverso e trabalharem mais facilmente com a lógica contestadora e transformadora. Para eles os jovens

possuem a capacidade renovadora, precisamos ter a ideia de ecologização e tornar as ferramentas que temos como verdadeiras ‘alternativas’ consolidadas de produção, mas também de opção viável para se buscar qualidade das condições para se viver. (HILLESHEIM, NEVES e SILVA, 2009, p.103)

Hillesheim, Neves e Silva (2009) apontam ainda a necessidade de construir competências exigidas pelos processos agroecológicos que, algumas vezes, os/as jovens do campo ainda não dominam. Ao questionarem a habilidade para o uso de metodologias participativas, por exemplo, os autores afirmam:

precisamos valorizar e ver o capital social vindo do rural como elemento indispensável nos processos de desenvolvimento rural sustentável, e o jovem tem esse potencial, tem esse papel, mas para isso ele precisa permanecer ou mesmo voltar ao campo e desvincular-se do padrão difusionista e trabalhar para e pela DIVERSIDADE, com compromisso social e ‘olhar’ para a terra, para o campo, como um todo, um sistema integrado da maneira mais harmoniosa possível. (HILLESHEIM, NEVES e SILVA, 2009, p.105).

No contexto da Zona da Mata Sul de Minas Gerais, Moura e Ferrari (2016) apontam que o envolvimento da juventude rural em diferentes espaços políticos e de formação sobre agroecologia demonstra a importância atribuída a essa temática e os faz pauta-la como modelo de desenvolvimento sustentável. Nos termos dos autores:

tal expectativa pode ser observada no significado da agroecologia para essas juventudes e nas motivações em realizar experimentos para implementação do processo de *transição agroecológica* ou continuar as práticas realizadas anteriormente pela família na propriedade (MOURA e FERRARI, 2016, p.39).

As diferentes motivações apontadas pelos autores refletem uma multiplicidade de sentidos atribuídos pelos jovens à agroecologia, que, em síntese, estão diretamente relacionados à melhoria de vida; à produção de alimentos saudáveis; ao fortalecimento das organizações/coletividades e da economia solidária; tudo isso como estratégia de enfrentamento ao capitalismo e suas mazelas; na busca de construção de modos de vida mais sustentáveis; (re)construindo outras relações sociedades-natureza. Os autores reforçam que:

de forma geral, a maioria das/os jovens afirmou que a agroecologia trouxe mudanças de vida benéficas para sua construção e, em alguns casos, para a construção da família como sujeitos do campo, visto que contribui para a valorização do espaço rural, provoca mudanças na forma de enxergar o campo (visão mais sistêmica e integradora), e a percepção da natureza e da vida nela contida harmoniza a consciência do uso dos recursos com o respeito à natureza, proporciona mudança no cuidado com a alimentação e na relação com a família, além de propiciar o questionamento do papel da mulher e a *autoridade paterna* (CASTRO, 2009, p.40).

1 Para maior aprofundamento ver: SOSA, B.M. et al. Revolução agroecológica: o movimento camponês a camponês da ANAP em Cuba. Tradução de Ana Corbisier. São Pulo: Outras Expressões, 2012, 152p.

Moura e Ferrari (2016) afirmam também que esse encontro com a agroecologia fez com que os jovens passassem a buscar maior intervenção e autonomia dentro da unidade familiar. Essa busca por intervenção e autonomia não se dá apenas no processo produtivo agrícola. A pesquisa citada (Moura e Ferrari, 2016) revela o interesse dos/as jovens em buscar combinar a agricultura com outras estratégias econômicas como o turismo rural e o artesanato, o que demonstra claramente a construção de alternativas visando autonomia financeira. Essa característica também foi apontada por Wanderley (2013) como estratégias pluriativas.

Nos processos agrícolas vinculados à transição agroecológica os jovens experimentam diferentes técnicas de manejo, como a implantação de Sistemas Agroflorestais e Mandalas, usam diferentes técnicas de adubação “alternativas”, caldas e defensivos naturais. Como princípio seguem a diversificação de culturas, geralmente a partir de consórcios e, têm investido em diferentes formas de agregação de valor aos produtos com o processamento/beneficiamento pós-colheita. Muitos dos desafios permanecem como o limite à posse da terra e a resistência as mudanças em certos núcleos/unidades familiares o que, por vezes, geram sérios conflitos geracionais (MOURA e FERRARI, 2016; CASTRO, 2009).

Os jovens estudados na Zona da Mata mineira por Moura e Ferrari (2016) trazem ainda uma característica comum quando estudamos este diálogo entre juventudes e agroecologia: os/as jovens são protagonistas em diferentes processos de experimentação, incluindo tecnologias sociais, e têm construído diferentes metodologias de multiplicação dos conhecimentos agroecológicos produzidos. As estratégias de multiplicação do conhecimento trazem características que as assemelham à metodologia camponês a camponês¹ e vem sendo incentivadas por diferentes

organizações da sociedade civil, como o Centro de Tecnologias Alternativas (Zona da Mata Mineira) e o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá/PE, que apoia as Comissões de Jovens Multiplicadores de Agroecologia, em todo território pernambucano.

Neste processo contínuo e necessário de construção e socialização/multiplicação de conhecimentos agroecológicos, ganha dimensão importante os diferentes processos formativos e de intercâmbios realizados com jovens rurais, bem como envolvendo outras juventudes. Nunes da Silva (2011); Aguiar e Silva (2015), Nunes, Mansan e Beatricci (2016), descrevem diferentes processos formativos realizados a partir do Núcleo de Agroecologia e Campesinato da Universidade Federal Rural de Pernambuco (NAC/UFRPE), sempre em parceria com organizações da sociedade civil como Centro Sabiá, CAATINGA, Diaconia e Pastoral da Juventude Rural.

Nunes da Silva (2011) em artigo intitulado “Formação de jovens agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural na perspectiva agroecológica: uma experiência no estado de Pernambuco – Brasil” trata do Programa de Intervivência Universitária (PIU), financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), no período de 2009 e 2010. Envolvendo Seminário de socialização de conceitos; vivências comunitárias; oficinas de projetos; atividades comunitárias e Seminário de Avaliação o PIU proporcionou a troca de conhecimentos entre jovens agricultores e jovens graduandos de diferentes cursos da UFRPE.

Dentre os jovens universitários participaram estudantes dos cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Engenharia de Pesca, Engenharia Florestal, Pedagogia, Ciências Sociais e da Licenciatura em Ciências Agrícolas. Estes estudantes universitários realizaram suas vivências e atividades comunitárias junto aos/as jovens residentes em comunidades/assentamentos rurais situados em Afogados da Ingazeira, Sertânia, Igaraci, Tuparetama, Triunfo, Santa Cruz da Baixa verde, Serra Talhada, Ouricuri, Bom Jardim, Vertente do Lério, Gameleira e Quixada. Estes municípios situam-se em macrorregiões pernambucanas como Zona da Mata Sul, Agreste e o Sertão do Pajeú. Em diferentes momentos formativos os/as jovens agricultores/as vivenciaram a UFRPE onde participaram de diferentes atividades como cursos, oficinas, palestras, rodas de diálogo, dentre outros.

Deve-se ressaltar dessa experiência ao menos dois pontos importantes nesse diálogo entre juventudes rurais e agroecologia: 1) A multidimensionalidade da agroecologia, que requer olhar e atuação de profissionais (muitos/as deles/as jovens) com formação variada, em diversas áreas do conhecimento, que apresentam interfaces com a agroecologia; 2) a importância de considerar em qualquer processo formativo as especificidades de cada agroecossistema. Nos processos formativos em agroecologia com jovens a diversidade tem sempre que ser encarada como uma riqueza, que, no entanto, nos desafia do ponto de vista pedagógico e metodológico.

Nos termos do autor:

o Programa intervivência universitária cumpriu o objetivo de formar jovens agentes de ATER na medida em que propiciou o intercâmbio de conhecimento entre grupos de jovens, aparentemente tão distantes, mas que compartilham sonhos de colaborarem com um outro modelo de desenvolvimento rural, no qual a agricultura familiar, seja ator principal, garantindo direitos à todos os seus membros e, principalmente, à jovens e mulheres (...) É a partir das vivências das diferentes realidades camponesas que os jovens universitários redesenham o seu olhar para o campo brasileiro, possibilitando, a partir da reflexão, uma redefinição no seu perfil profissional-intelectual e, por outro lado, os jovens das comunidades rurais, atribuem um significado cada vez mais importante para o seu saber-fazer, revalorizando a identidade da agricultura familiar e reforçando os ideais de uma outra juventude rural”(NUNES DA SILVA, 2011, p.03).

Neste mesmo caminho Aguiar e Silva (2015, p.05) tratam do Estágio de Intervivência. Em artigo intitulado “Estágio de Intervivência Universitária: jovens universitários/as e agricultores/as ampliando as fronteiras do saber sobre campesinato e agroecologia”² os autores concluem:

a partir desta experiência esperou-se contribuir para outro tipo de formação em agroecologia, onde os/as jovens assumem papel de protagonistas, (re)desenhando seus projetos profissionais (jovens universitários/as) e aproximando-os da realidade acadêmica (jovens camponeses/as), como uma perspectiva de futuro possível. Esta aproximação dos dois diferentes grupos demonstra que apesar das especificidades de cada um deles, temas comuns como a construção do projeto profissional, a consolidação de um lugar na família, a busca por lazer e esporte e a vivência das sexualidades, são pontos comuns na construção das distintas identidades juvenis. A agroecologia apresenta-se como um possibilidade concreta na prática vivida dos/as jovens rurais, mas também pode sinalizar como fundamento para a reorientação dos projetos de formação acadêmica, dos/as universitários/as.

2 Os estágios de Vivência surgem ainda na década de 1990, a partir da iniciativa de diferentes movimentos estudantis das Ciências Agrárias, com destaque para Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil.

Para maior aprofundamento desse histórico ver: SILVA, J. N. da. Aprendizado em extensão rural para além da sala de aula: a experiência dos estágios de vivência em comunidades rurais. In: TAVARAES DE LIMA, J. R. (Org.). Agroecologia e Movimentos Sociais. Recife: Editora Bagaço, 2011. p.208-222.

O PIU e o Estágio de Intervivência apontam para o potencial das juventudes rurais como sujeitos ensinantes-aprendentes, a partir de suas próprias vivências e práticas. Apontam, ainda, a necessidade de outro tipo de formação acadêmica que atendam as atuais demandas do campo brasileiro e que vise, cada vez mais, formar profissionais (quase sempre muito jovens) para atuarem num campo complexo, mas sobretudo, que tenham a capacidade de compreendê-lo de forma mais holística e resultante de uma teia ampla de relações sociedade-natureza. Neste sentido a agroecologia apresenta-se como referencial de suma importância.

Podemos citar também as contribuições de Nunes da Silva, Massan e Beatricci (2016) a partir da experiência do Curso de Residência Agrária “Juventude Rural, Agroecologia e Economia Solidária” realizado pelo Núcleo de Agroecologia e Campesinato –NAC/UFRPE em parceria com a Pastoral da Juventude Rural –PJR/PE, e financiamento do CNPq, nos anos de 2015 e 2016.

Propondo interface entre as questões identitárias das juventudes rurais, a agroecologia e a economia solidária, tal curso, organizado em módulos adotou os fundamentos da Pedagogia da Alternância³, visando aprimorar as relações teoria e prática, mas, sobretudo, potencializando a intervenção qualificada dos/as jovens nos seus territórios de vida e de trabalho.

Ao ser apresentado no Seminário Nacional de Educação em Agroecologia, realizado em 2016 na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro sob o título “Formação de jovens rurais em agroecologia: reflexões para um debate”, o relato de experiência do curso anteriormente citado buscou dialogar com os princípios da Educação em Agroecologia sistematizados por Aguiar et al.(2013) que são: **vida, diversidade, complexidade e transformação**. Neste sentido os autores apontam:

os jovens formados a partir desta experiência têm demonstrado um forte potencial para atuarem na defesa do princípio da **vida**. A partir das suas experiências concretas, em diálogo com os aprendizados do curso vivenciam outras relações com a natureza e se envolvem concretamente em ações políticas, pelo fim do uso de agrotóxicos, pela produção e comercialização de alimentos saudáveis e condições dignas de trabalho, por exemplo. Estes mesmos jovens protagonizam redes organizativas de intensa **complexidade** de atores e demandas. Nestas redes se expressam uma **diversidade** de temáticas e

3 A pedagogia da Alternância constrói propostas educativas nas quais dialogam espaços formativos distintos, mas comunicantes, os comumente denominados Tempo-Escola/Tempo-Comunidade. Para melhor entendimento ver: Ribeiro, M. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.1, p. 027-045, jan. /abr. 2008.

sujeitos, que em torno de questões como trabalho, projeto de vida, vivências das sexualidades e identidades e; culturas e lazer, (re)constroem a pauta dessa juventude de luta. Estando em luta, sem dúvida, a juventude rural tem se apresentado como um dos atores políticos mais importantes para a **transformação** de suas vidas e do projeto de campo brasileiro. Esse projeto de campo, conta com a colaboração de muitas instituições como a PJR, que tem colaborado para pôr em marcha milhares destes jovens por todo Brasil, articulando esta juventude com a Agroecologia e a Economia Solidária. Nesta marcha os processos educativos que busquem romper com a educação bancária, em prol da construção de propostas cada vez mais emancipatórias, tornam-se imprescindíveis (Nunes da Silva, Mansan e Beatricci, 2016, p.10).

Diante do exposto é possível afirmar que as diferentes experiências de formação nas quais os/as jovens se envolvem, potencializam suas inserções nos diferentes territórios, nos quais atuam politicamente e produzem.

Duque e Araújo (2011) relatando as experiências com jovens no Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú paraibano, apontam que eles/elas se envolvem em diferentes comissões temáticas, que pautam temas específicos vinculados às suas realidades. Dentre estes temas destacam-se a questão da água (fundamental a realidade do semiárido); das sementes da paixão (que resgata sementes nativas e garantem a preservação da biodiversidade) e do mapeamento de guardiões de espécies animais e vegetais. No entanto, nos termos das autoras:

os jovens não deixaram de contribuir nas suas comunidades e municípios, nos sindicatos, nas paróquias e, finalmente, na ASA. O papel deles nas diversas instâncias organizativas do Coletivo consiste em mobilizar outros jovens e a comunidade em geral, monitorar atividades e levantar dados (número de bancos de sementes, por exemplo), contribuir na elaboração de estratégias para aperfeiçoar os processos de formação e desenvolver atividades específicas, como experimentação ou beneficiamento de frutas (Duque e Araújo, 2011, p.11).

É essa diversidade de lugares, do estar agindo que faz com que o diálogo entre agroecologia e Juventudes rurais se torne, cada vez mais, complexo. Aprofundar esse diálogo não diz respeito, apenas, a uma conversão de matriz tecnológica aplicada à agropecuária, tornando-a menos impactante do ponto de vista ambiental. A constituição dos/as jovens como sujeitos ecológicos, requer mais. Requer uma ruptura com uma percepção de rural “atrasado” e agrícola, para o fortalecimento de uma identidade que constrói e visibiliza um rural onde as possibilidades de vida e trabalho estão, constantemente, em sintonia com as sociedades envolventes.

Para Lima de Paulo (2011) há um dilema, que precisa ser superado. Nos termos da autora, a partir de pesquisa realizada no município de Orobó/PE:

ficou claro então que os jovens rurais, rapazes e moças, vivem um dilema no que se refere ao trabalho na agricultura. Esse dilema relaciona-se à visão que a sociedade possui em relação a esse trabalho. Apesar do orgulho que sentem por serem filhos de agricultores e de reproduzirem valores como honestidade e coragem, carregam a vergonha de se assumir como agricultor devido à visão estereotipada que opõe o rural, como o lugar do atraso, ao urbano, como o lugar da modernidade e do desenvolvimento. Assim, impulsionados pelos sonhos, mas coagidos pela

realidade em que vivem, os rapazes e moças dos Sítios tecem os fios da sua vida cotidiana para planejar seu futuro (Lima de Paulo, 2011, p.25).

A agroecologia está desafiada a ser um dos fundamentos centrais na resolução de tal dilema.

5 UM DIÁLOGO IMPRESCINDÍVEL: DESAFIOS NAS POSSIBILIDADES

Desde o título deste artigo apresentamos a categoria juventude rural no plural. Tal escolha aponta um primeiro desafio importante para o diálogo entre tais sujeitos e a agroecologia. O desafio posto é o de compreender a **pluralidade de grupos sociais que as juventudes rurais englobam** e as especificidades identitárias que tal pluralidade engendra.

Se é apontada uma distinção entre as juventudes rurais e as juventudes urbanas, dentro do próprio universo rural se reivindica identidades próprias, que diferencia sumariamente os caminhos para o diálogo. O que queremos dizer é que a juventude dos acampamentos/assentamentos rurais, tem uma trajetória de vivências que as distingue da juventude da agricultura camponesa e da agricultura familiar que, por diferentes motivos não vivenciaram a luta pela terra, por exemplo. A juventude rural quilombola difere da juventude rural indígena, com cosmovisões distintas sobre a forma de viver e manejar seus territórios, visando a reprodução de seus povos. Há ainda a juventude das águas, da pesca artesanal ou atingida por barragens; a juventude extrativista, como as catadoras de mangaba das diferentes regiões de Sergipe e as catadoras de coco babaçu espalhadas por todo Maranhão e Pará.

Este cenário é desafiador para a agroecologia, que ao se propor como ciência-prática e movimento, não pode assumir qualquer perspectiva homogeneizante, que a caracterize como uma lógica difusionista de “pacotes tecnológicos”. Pelo contrário deve pautar-se na contextualização dos agroecossistemas, contribuindo para construções de arranjos (ambientais, sócio-culturais e políticos) que propicie o protagonismo de distintos sujeitos como as juventudes rurais.

Essa contextualização para (trans)formação dos diferentes agroecossistemas é fundamental para que percebamos as **diferentes formas de inserção das juventudes rurais nos processos de transição agroecológica**. As experiências aqui relatadas demonstram que os/as jovens se inserem no trabalho na unidade produtiva familiar, mas também na organização de comissões, conselhos, pastorais, grupos associativos diversos, partidos, dentre tantas outras. Mesmo no campo do trabalho agropecuário a atuação dos/as jovens não se restringe ao cultivar espécies alimentícias ou forrageiras, nem manejar diferentes rebanhos. Eles/elas estão inseridos na gestão desta produção agropecuária; no beneficiamento/processamento e comercialização.

Tais jovens combinam diferentes estratégias de ocupação, o que pode caracterizar-se como pluriatividade⁴. Diante desta realidade os/as jovens estão envolvidos nas unidades produtivas, mas também estabelecem muitas relações (de trabalho, convívio e lazer) “além porteira”. Esse comportamento fragiliza qualquer perspectiva de estabelecimento de diálogo destas juventudes com a agroecologia, que seja exclusivamente pensada a partir da dimensão técnica, característica de uma perspectiva tecnocrática, de “esverdeamento”, que silenciosamente vem ganhando espaço no campo agroecológico.

Na contramão destes processos tecnocráticos torna-se clara a **importância de diferentes processos educativos**, sejam ele formais ou não. Tais processos devem primar pela desconstrução das monoculturas da mente, ou seja, desconstruir a noção de rural como espaço “atrasado”, rural como espaço restrito à produção agropecuária (agronegócio); e exôdo como única alternativa para as juventudes que aí vivem e se (re)produzem. Assim utilizando diferentes metodologias os processos educativos devem favorecer o protagonismo juvenil; potencializar sua capacidade de fazer análise de conjuntura; reconhecer a riqueza dos modos de vida tradicionais/ancestrais, pois assim a técnica aparece como parte de uma teia imbricada de significados e não como “um pingo d’água na imensidão do mar”. Praticar agroecologia para as juventudes do campo tem que ser (re)definição de relações, entre as sociedades e a natureza, mas entre as pessoas, nos mais diversos grupos. Educar ganha assim o sentido de preparar para vida, onde a agricultura tem seu lugar, mas não somente como fonte de geração de renda monetária, mas, para além de alimentar bocas, possa alimentar sonhos.

Tais sonhos não se (re)constroem de forma isolada da sociedade envolvente. A realidade das juventudes rurais na atualidade é marcada explicitamente por fluxos: com a vizinhança, com a comunidade, com os grupos culturais, com os grupos religiosos, com as escolas, com os mercados consumidores, com as cidades. Para viver esses fluxos têm sido, cada vez mais importante as **políticas públicas** que incentivam o diálogo entre estas juventudes e agroecologia. Essas políticas passam desde o incentivo às produções, seu beneficiamento e comercialização, mas, impreterivelmente, pelo incentivo a geração de trabalho não agrícola; ao resgate das culturais tradicionais; a geração de alternativas de esporte e lazer; a educação e saúde de qualidade; a expansão das telecomunicações e do acesso à internet, dentre outras.

4 Para maior aprofundamento ver: SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 254p.

Assim é possível afirmar que o diálogo entre as juventudes rurais e agroecologia está aberto e necessita enfrentar os desafios apresentados, mas ele jamais será unidimensional, sem reconhecer as especificidades deste sujeito coletivo (social e político), que tem muita disposição para produzir no campo brasileiro, construindo lutas e esbanjando rebeldia.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

AGUIAR, Maria Virginia Almeida; SILVA, José Nunes da. Estágio de intervenção universitária: jovens universitários/as e agricultores/as ampliando as fronteiras do saber sobre campesinato e agroecologia. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Volume 10, Nº 3, 2015.

AGUIAR, Maria Virginia Almeida; (Org). **Princípios e diretrizes da Educação em Agroecologia**. Recife: Editora da UFRPE. 2016.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Zahar: Rio de Janeiro, 1978.
FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra; e TAVARES DE LIMA, Jorge Roberto (Org.) – **Agroecologia. Conceitos e experiências**. Editora Bagaço. Recife. 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Editora Marco Zero: São Paulo, 1983.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Teixeira da Silva, F.C., R. Santos, L.F.C. Costa (orgs) **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Pronex, 1999.

_____. Juventude Rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel. BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p.243-261, 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea. In: NOVAES, Regina. VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p.53-74, 2004.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Os jovens estão indo embora? Juventude rural e reforma agrária. **Revista Proposta**, nº107/108, p. 74-80 Dez/Mai-2005/2006.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, vol. 7, n. 1, p. 179-208, enero-junio, 2009.

DUQUÉ, Ghislaine; ARAÚJO, Maria da Glória Batista de. O protagonismo da juventude no semiárido: a experiência do Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú (PB). **Agriculturas** • v. 8 - n. 1, p.8-12, março de 2011.

FERRARI, Eugênio. MOURA, Natália Faria de. **Juventudes e agroecologia: a construção da permanência no campo na zona da mata mineira**. Rio de Janeiro: ANA/Viçosa: CTA-ZM, 2016.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HILLESHEIM, Luis Pedro. NEVES, Ana Paula. SILVA, Vagner Lopes. Juventude da agricultura familiar e agroecologia: para onde vão. In: DICKMANN, Ivo. DICKMANN, Ivano. **Juventude da agricultura familiar: agentes de desenvolvimento local**. Veranópolis: HABESOL, 2009. p. 97-105.

JENTSCH, B. & BURNETT, J. **Experiences of rural youth in the “risk society”: the transition from education to employment**. Rio de Janeiro: X Congresso Mundial de Sociologia Rural, 2000.

LIMA DE PAULO, Maria de Assunção. **Saberes tradicionais: definindo tempo e espaço e integrando gerações no meio rural**. Anais do 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais – UFCCG: Campina Grande (PB), 2008.

LIMA DE PAULO, Maria de Assunção. (2011), Jovens de famílias camponesas: suas realidades e seus sonhos. **Agriculturas** • v. 8 - n. 1 • março de 2011, p: 22-25.

NUNES DA SILVA, José. Formação de jovens agentes de assistência técnica e extensão rural na perspectiva agroecológica: uma experiência no estado de Pernambuco - Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, ISSN 2236-7934 – Volume 6, No. 2, Dez 2011.

NUNES DA SILVA, José; MANSAN, Paulo; BEATRICCI, Simone. Formação de jovens rurais em agroecologia: reflexões para um debate. **Anais do II Seminário de Educação em Agroecologia**. UFRRJ, 2016.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Imprensa Nacional casa da moeda: Lisboa: Portugal, 2003.

REZENDE, Cláudia Barcellos. Identidade. O que é ser jovem. **Revista Tempo e Presença**. Nº 240, CEDI, 1989. p. 04-05.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gala, 2003. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. 240p.

TAVARES, Maurício Antunes. **Caminhos que se cruzam, trajetórias que se entrelaçam: contribuição aos estudos sobre ruralidades e juventudes a partir do caso do município de Ibimirim (PE)**. Anais do 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais – UFCG: Campina Grande (PB), 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Juventude Rural: vida no campo e projeto para o futuro**. Recife: Editora da UFPE, 2013.

JOSÉ NUNES SILVA. Departamento de Educação, Núcleo de Agroecologia e Campesinato - Universidade Federal Rural de Pernambuco.
zenunes13@yahoo.com.br

Submetido em: 01/03/2017

Aprovado em: 15/03/2017